

Reflexões sobre o ensino itinerante na EJA: o relato de uma professora especialista

Annie Gomes Redig*

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar e refletir a atuação do professor itinerante que leciona para alunos com deficiência intelectual na EJA – Educação de Jovens e Adultos. A presente pesquisa utilizou a metodologia qualitativa com entrevista semi-estruturada com a única professora itinerante de EJA do bairro estudado que atende essa clientela. Essa pesquisa foi desenvolvida em uma escola municipal do Rio de Janeiro, durante o primeiro semestre de 2009. Observou-se que, da mesma forma, que os professores do ensino comum apresentam resistência aos alunos com deficiência, os docentes dessa modalidade de ensino também se mostram despreparados para lecionar para essa clientela. Dessa forma, concluímos que ainda há diversos obstáculos para a inclusão desses alunos nas classes comuns, mas que a presença desse profissional facilita o processo de ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência.

Palavras-chave: Professores especialistas; Deficiência intelectual; Educação de Jovens e Adultos.

Reflexions on itinerant education on EJA: report of a specialist teacher

Abstract

This paper has the objective to analyse and reflect on the performance of the itinerant teacher who works with students with intellectual disabilities at Education of young and adults. The present research used qualitative methodology with a semi-structured interview with the only itinerant teacher who works with EJA in that neighborhood. And it was developed at a municipal school at Rio de Janeiro, in the first semester of 2009. It was observed that both the regular and the special teachers show resistance to the special students and are not prepared to teach them. After this, we can conclude that there still is a lot of resistance to these students in regular classes, but the presence of this professional makes the job a lot easier.

Keywords: Specialist teachers; Intellectual deficiency; Young and adults education.

* Professora Substituta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd-UERJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Introdução

Este trabalho é proveniente de uma pesquisa,¹ com o objetivo de discutir e refletir sobre a atuação dos professores da Educação Especial que lecionam para alunos com deficiência intelectual, na política da Educação Inclusiva, por meio de suas narrativas. Dessa forma, o presente estudo pretende analisar a entrevista de uma professora itinerante que atua no Programa de Ensino de Jovens e Adultos (PEJA) do município do Rio de Janeiro. Essa é a única docente que atua nessa modalidade de ensino, acompanhando alunos com deficiência intelectual no bairro pesquisado.

O serviço do professor itinerante tem como objetivo “atender as necessidades educacionais especiais dos alunos por ele atendido, complementando, suplementando e servindo de apoio ao ensino comum” (BÜRKLE & REDIG, 2009, p.1). Por isso, é importante que o trabalho desenvolvido por esse profissional esteja articulado com o projeto político pedagógico da escola em que o aluno está matriculado. Nesse sentido, de acordo com Pletsch (2005) algumas funções desse profissional são o acompanhamento do aluno, assistência aos professores das turmas regulares e a família. Para efetivar o atendimento ao educando, as professoras itinerantes utilizam diversas estratégias.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que normalmente é oferecida no turno da noite, o que, entre outros aspectos, dificulta o atendimento do professor itinerante e a participação de alunos com deficiências. Este programa possui características singulares em relação aos demais atendimentos, por isso nos deteremos a analisá-lo separadamente. Para Leonço (2007, p.108) a EJA “trata de responder culturalmente a uma lacuna que geralmente envolve sujeitos que hoje, [...] buscam sua escolarização. Educar jovens e adultos significa compreender o conceito de aprendizagem em uma perspectiva atual, de que aprendemos e ensinamos para a vida”. Sendo que sua clientela é composta por sujeitos anteriormente excluídos do sistema regular de ensino.

Moraes (2007) aponta que essa modalidade se constitui pelas minorias, pelos segmentos segregados da sociedade. Sob esta perspectiva poderíamos considerar que o alunado tradicional da Educação Especial se encaixa nesta proposta. Entretanto, apesar do PEJA ser constituído por turmas heterogêneas, e os professores reconhecerem que trabalham com alunos “difíceis” como mostra Taveira (2008), esses docentes acostumados com turmas compostas pelas “minorias sociais” encontram dificuldades em lidar com os alunos com deficiência. Porém, ao término de sua pesquisa, que envolvia a representação social dos professores do ensino comum em relação aos alunos com deficiência, essa autora verificou que esses docentes entenderam que a EJA possui características favoráveis à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Metodologia

Como o foco dessa pesquisa é compreender a função da Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas em uma escola municipal do Rio de Janeiro em que há professor itinerante, no primeiro semestre de 2009. O município do Rio de Janeiro é dividido em 10 Coordenadorias Regionais de Educação – CRE, porém escolhemos a 4ª CRE como objeto de nosso estudo. Essa coordenadoria é composta por seis bairros, no qual optamos por apenas um bairro para a análise. Sendo assim, foi decidido entrevistar professores itinerantes que atuam com alunos com deficiência intelectual, que é a maior clientela atendida nesse município. Nesse sentido, observou-se que há somente uma professora itinerante que atende esses educandos no PEJA.

Então, para entendermos essa atuação com os alunos com deficiência intelectual, entrevistou-se a única professora itinerante do bairro selecionado que atende pessoas com essa deficiência no PEJA. A docente atua a 30 anos no magistério, sendo dez na Educação Especial e é formada em Fonoaudiologia. A entrevista foi gravada e transcrita, com autorização da participante, que assinou um termo de livre consentimento.

Para Manzini (2008) a entrevista pode ser utilizada como forma única para a coleta de dados, ou de maneira secundária, para complementar informações. Para ele (MANZINI, 2008, p. 8, grifo do autor) “é certo que o pesquisador que irá coletar informações por meio de entrevista terá um dado de natureza muito particular: a versão sobre um evento ou fato”, isso significa, que esse fato ou evento foi vivenciado pelo entrevistado, fazendo parte de sua realidade. Então, os dados obtidos pelas entrevistas expressam opiniões, concepções e descrições informadas pelos participantes. A entrevista é um momento de interação social, visto que é desenvolvida por meio de um diálogo entre os envolvidos.

No roteiro da entrevista, as perguntas eram direcionadas para o cotidiano do trabalho do professor itinerante, sua relação com os professores do ensino comum, bem como sua concepção sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e a formação e função dos profissionais da Educação Especial de acordo com a política da Educação Inclusiva. Nessa direção, utilizou-se para a análise das narrativas da professora entrevistada, o método da análise de conteúdo. Então, é fundamental que o pesquisador faça uma leitura do material com o objetivo de criar categorias de análise, agrupá-las e classificá-las. Para tal, utilizamos a análise temática, que consiste em recortes de um assunto e, quando for necessária, a criação de sub-temas. Nesse tipo de procedimentos as informações dos relatos podem ser analisadas de forma que o conteúdo apareça em mais de uma unidade / sub-tema (MANZINI, 2008).

Narrativas de uma professora itinerante na EJA

A docente entrevistada acompanha 12 alunos, dos quais quatro tem deficiência auditiva e os demais deficiência intelectual. E, desse quantitativo da deficiência intelectual, apenas dois estão no Ensino Fundamental 2º segmento. Esse dado sugere que a clientela da Educação Especial que se beneficia desse serviço educacional, ainda é a minoria dos sujeitos com deficiência, que são os mais prejudicados na sua trajetória escolar, seja por desvio de comportamento, déficit de aprendizagem e / ou dificuldade na comunicação. Logo, essas peculiaridades que dificultam o processo de ensino-aprendizagem em uma turma regular com um grande quantitativo de alunos, podem ser melhor contornadas no PEJA. Segundo Taveira (2008) este programa se caracteriza por turmas menores, facilitando o apoio do professor aos diferentes alunos e as aulas são mais contextualizadas à realidade de seu alunado. Para Leonço (2007, p.108) “ensinar adultos com as mesmas técnicas didáticas usadas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio é, muitas vezes, o traçado equivocado para este importante desafio”.

Oliveira (2009) concorda com este posicionamento e acrescenta que independente da idade do aluno, a organização curricular e dos conteúdos possuem abordagens e propostas voltadas para as crianças da Educação Infantil e / ou Ensino Fundamental, “os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereciam maior atenção, são muitas” (p.99). Essa autora também afirma que diversas pesquisas na área de jovens e adultos apresentam resultados que apontam para propostas curriculares destinadas a esse alunado como sendo formuladas para crianças, desconsiderando as experiências, interesses e modos de vida dos sujeitos da EJA. O problema da infantilização curricular, que se torna um empecilho à aprendizagem, não ocorre apenas no PEJA como verificamos nos relatos das professoras das classes especiais.

O encaminhamento desse aluno com deficiência da EJA para o atendimento com o professor itinerante acontece da mesma maneira do ensino comum.

Primeiro passo ao ser matriculado no Município, ele é colocado em uma turma regular. Quando o professor detecta alguma situação que aquele aluno passa a ter um olhar diferenciado, é solicitado a ele o preenchimento de um relatório. Esse relatório é enviado ao departamento da Coordenadoria Regional de Educação onde os agentes de Educação Especial, fazem a avaliação, ou vão até a escola... Chama os pais para irem até lá, e fazem uma avaliação. Mediante essa avaliação, esse aluno tem autorização ou não de ter o atendimento, que pode ser itinerância, sala de recurso ou até mesmo a classe especial. (relato da professora Q)

De acordo com Taveira (2008) é importante a avaliação inicial e contínua do aluno com necessidades educacionais especiais, para que tenha acesso e permanência ao PEJA, caso esse seja a melhor opção de modalidade de ensino para ele. O trabalho do itinerante no PEJA, não é muito diferente do ensino comum, pois as professoras precisam se articular com os docentes regentes das turmas, a fim de desenvolverem adaptações / adequações nos conteúdos.

Eu trabalho em cima das dificuldades deles [dos alunos e dos professores], o que eles me pedem de auxílio. Então, por exemplo, quando eu pego o aluno que não sabe a tabuada, multiplicação, e aí eu percebo que vem mecanizado, não sabe a tabuada, aí vamos multiplicar. Aí eu trabalho com material concreto através de material dourado, vamos montando ou mesmo desenhando, com chapinha, sempre montando o concreto para que eles possam realmente visualizar aquilo. (relato da professora Q)

Para Oliveira (2009), na EJA, os professores deveriam lecionar os conteúdos abstratos contextualizando com a sua aplicação prática, o que facilitaria o aprendizado desses sujeitos. Em suas palavras, “a escola poderia ter, na adesão dos alunos a necessidade de aprendizagem deles, um contributo fundamental para a facilitação dos processos pedagógicos” (p. 101).

Pelo relatado, a professora itinerante retira os alunos com deficiência intelectual das aulas para poder fazer o atendimento individualizado, seguindo uma rotina, na qual, o estudante assiste um pouco da aula, para saber o que o professor ensinará e posteriormente ele é liberado para o atendimento. Essa estratégia, já discutida, também acontece nessa modalidade de ensino, o que não é uma das melhores opções já que o aluno acaba tendo sua participação na turma prejudicada, mas como a professora itinerante visita a escola no horário da aula do PEJA, essa é a única maneira para realizar o atendimento educacional individualizado, devido ao fato dessa modalidade ser oferecida no turno noturno. Apesar da recomendação de Pletsch, Redig & Bürkle (2008) que os professores itinerantes trabalhem com o estudante no contra turno nem sempre isto é possível devido ao grande quantitativo de pessoas a serem atendidas, como no caso desta professora que acompanha 12 alunos, em diferentes horários, incluindo o PEJA.

Na verdade eu não faço adaptação de material, é o planejamento que ele é enxugado para esses alunos. Então eu sento com os professores e coloco... eles me passam a grade, o que realmente vai ser dado naquela UP [unidade de progressão] porque o PEJA 2, ele passa de 3 em 3 meses, é diferente essa avaliação. Então, eu sento com os professores, eles me passam o que seria dado para aquela UP, daquela UP nós enxugamos

juntos o que pode ser realmente necessário pra vida desse aluno e o que pode ser excluído. E aí a avaliação deveria ser feita de uma maneira diferente, mas nem sempre isso ocorre, é muito complicado quando você tem cinco cabeças pensando diferente. (relato da professora Q)

Como ocorre com o ensino fundamental comum, as adaptações / adequações curriculares são desenvolvidas no conteúdo das disciplinas, sendo retiradas algumas matérias e substituídas por algo mais fácil de ser assimilado pelo aluno com deficiência intelectual, estipulado pelos docentes do ensino comum. No PEJA, a adequação curricular acontece de forma mais “drástica”, ou seja, o conteúdo é reduzido, ao invés de adaptado, respeitando o tempo de aprendizado de cada um, visto que, nessa modalidade, a “corrida contra o tempo” é ainda mais perversa do que no ensino comum. Logo, é necessário cortar conteúdos que acharem desnecessários no momento, priorizando o “que pode ser realmente necessário para vida desse aluno”. Nesse sentido, a adaptação curricular é realizada em parceria com os professores do ensino comum.

Eu trabalho sempre com o professor regente [do ensino comum], meu trabalho está sempre voltado no que o professor regente pede, solicita, nós trabalhamos sempre juntos, a gente tenta sempre um trabalho com parceria, o professor regente e o itinerante. (relato da professora Q)

Para minimizar as dificuldades e potencializar as capacidades dos alunos na EJA, Leonço (2007) apresenta seis considerações, visando estruturar propostas didáticas que facilitem o aprendizado: 1) Oportunizar o aproveitamento das experiências acumuladas pelos alunos; 2) Propor desafios, novos conhecimentos e situações contextualizadas com a vida cotidiana; 3) Justificar a necessidade de cada conhecimento; 4) Comprometer os alunos na organização, planejamento e na responsabilidade pelo seu aprendizado; 5) Motivar os alunos para o aprendizado; 6) Facilitar o acesso, os meios, o tempo e a oportunidade. Essas considerações, acreditamos, não valem apenas para os alunos com deficiência intelectual ou os do EJA, mas também para todos os matriculados em qualquer modalidade de ensino.

Porém, essa parceria – como apresentado em outras falas das professoras de classes especiais, sala de recursos e professores itinerantes² – nem sempre é desenvolvida de forma harmoniosa e amigável.

Olha só, é um pouco complicado, porque muitos colegas não permitem que você interfira no trabalho dele, e aí por mais que você oriente, solicite, quando você chega à sala, você depara com o que você não gostaria de estar vendo. (relato da professora Q)

É preciso desenvolver um trabalho com os professores do ensino comum a fim de que percebam a importância do serviço da Educação Especial, e que esse só irá ajudá-lo. Esses docentes ainda não compreenderam que a EJA contempla sujeitos marcados por profundas desigualdades sociais e que nessas turmas estão os alunos reais, abandonados pelo sistema educacional (ANDRADE, 2009) e que o professor itinerante irá facilitar o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual, sendo um parceiro nesse desafio. Moraes (2007) acredita que a EJA no Brasil ainda não se implementou como um espaço de inclusão e acolhimento da diversidade existente e que “é necessário pontuar, que além de espaço de inclusão e acolhimento, entende-se que a EJA – assim como toda a educação escolarizada – deva-se constituir – também – em um espaço de empoderamento dos diferentes” (p. 19).

Por outro lado, há situações em que os docentes do ensino comum aceitam a ajuda do professor itinerante, construindo, realmente uma parceria, entre Ensino Comum e Ensino Especial. Pletsch (2005) observou que quando há o ensino colaborativo, esse se baseia em uma cumplicidade entre os docentes, sendo assim, a professora itinerante é vista como uma aliada no processo de ensino-aprendizagem desses educandos.

Olha, alguma coisa está sendo feita, o que eu te digo é que eles participem de encontro, que seja debatido vários assuntos que possa, ah, mas eu não tenho tempo, são alegações, eu ainda não tenho esse tipo de aluno, eu acho que esse caso me interessa, e por aí vai. (relato da professora Q)

Oliveira (2009) afirma que é fundamental superarmos a ilusão da homogeneidade das salas de aulas. Pois, mesmo que essas sejam separadas e divididas em séries / níveis com características semelhantes, sempre serão formadas por uma diversidade / multiplicidade de indivíduos, no qual “nenhum professor lida em uma mesma sala de aula com um grupo homogêneo de sujeitos, sejam quais forem os critérios de ordenação utilizados” (p.104). Essa mudança de postura dos profissionais de Educação, em enxergar os alunos reais e parar de idealizar o aluno ideal, também foi encontrado em pesquisa realizada por Redig (2007), Redig & Souza (2008).

Para finalizarmos essa análise, a relação do docente do ensino comum com o aluno com deficiência intelectual, de acordo com a percepção da professora itinerante:

Cada um é um de uma maneira, não tem como você colocar, alguns aceitam. É a mesma coisa que eu estava falando da formação, alguns aceitam aquele aluno, outros... já escutei papo que vai botar daqui da porta da escola para fora, outros é bom que ele vá embora porque aqui não é o lugar dele, ele tem que arranjar um outro lugar para estudar, que isso aqui não é escola que

pertença a ele, então são certas falas que você escuta por aí afora, outros não, vamos lá, vamos junto, vamos tentar fazer que esse aluno consiga vencer esse obstáculo, é muito difícil, você não tem como generalizar o ser humano. (relato da professora Q)

Possa, Silveira & Revelante (2007, p.3) se preocupam com esses professores que alegam não estarem preparados ou que não aceitam esse desafio da Educação Inclusiva, mostrando-se resistentes a esse processo, pois “embora tenham a responsabilidade social de promover o acesso ao conhecimento a todos os alunos e fazer valer o direito à inclusão, esses professores são aqueles que pensam na Educação Especial como um segmento a parte”. Esses docentes ainda não se atentaram para a realidade educacional brasileira, de que não adianta ignorar a diversidade existente nas salas de aula, pois eles estão lá, principalmente nas turmas de EJA, que são constituídas pelas “minorias” sociais, que são formadas, realmente, por essa heterogeneidade.

Considerações finais

No que tange à inclusão deste alunado no PEJA, não encontramos, como havíamos originalmente suposto, diferença no processo, apesar dessa modalidade ser composta por uma característica ímpar - a diversidade. Pelos relatos prestados verificamos que na EJA também há dificuldade no recebimento de alunos com necessidades educacionais especiais, em particular a deficiência intelectual, visto que, os professores do ensino comum continuam alegando não saber lidar com esses educandos.

Mesmo considerando que a EJA é composta, em sua grande maioria, por alunos oriundos do fracasso escolar e / ou que não puderam estudar na idade adequada por motivos externos, como o trabalho, os docentes são resistentes a sujeitos com deficiência intelectual, apresentando as mesmas barreiras do ensino diurno “regular”. É importante enfatizar que na região pesquisada, há apenas uma escola que atende alunos com deficiência intelectual na EJA, disponibilizando uma professora itinerante para esse atendimento educacional especializado.

Por isso, acreditamos que se há outros indivíduos matriculados nessa modalidade de ensino, esses estão sem acompanhamento de um profissional da Educação Especial ou matriculados nas classes especiais, como comprovados pelas idades dos indivíduos das turmas estudadas. Bürkle & Redig (2009) afirmam que a presença e atuação do professor itinerante na escola facilita a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula, bem como contribui para a sua inclusão.

Referências

ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: PAIVA, J. & OLIVEIRA, I. B. de (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Petrópolis, DP et Al. 2009. p. 35-43.

BÜRKLE, T. da S. & REDIG, A. G. Professores itinerantes e professores de turma regular: um trabalho colaborativo em busca de uma educação de qualidade. In: **Anais do V Congresso Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina, 2009. p. 2488-2497.

LEONÇO, V. C. de. A escola e o mundo adulto: questão de conhecimento. In: MORAES, S. C. (Org.). **Educação Especial na EJA: contemplando a diversidade**. p. 105-114. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal de Educação, 2007.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise**. Trabalho de Livre-docência em Educação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP – Marília), 2008.

MORAES, S. C. A EJA como espaço de inclusão e empoderamento. In: MORAES, S. C. (Org.). **Educação Especial na EJA: contemplando a diversidade**. pp. 13-22. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal de Educação, 2007.

OLIVEIRA, I. B. de. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: PAIVA, J. & OLIVEIRA, I. B. de (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Petrópolis: DP et Al., 2009. p. 96-107.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para Educação Inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. 122f. Dissertação de Mestrado, PROPEd, UERJ, 2005.

_____; REDIG, A. G. & BÜRKLE, T. da S. A Educação Especial como suporte para a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. In: **Anais da IX Jornada de Educação Especial**. Marília: São Paulo, 2008.

POSSA, L. B.; SILVEIRA, J. O. da & REVELANTE, P. Representações e imaginários docente que definem o aluno: um estudo de caso de escolas públicas de Santa Maria. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina: Paraná, 2007. p. 1-6.

REDIG, A. G. **Ressignificando a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: a visão de professores especialistas**. 183f. Dissertação de Mestrado, PROPEd, UERJ, 2010.

TAVEIRA, C. C. **Representações sociais de professores sobre inclusão de alunos com deficiências em turmas regulares**. 185f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESA, 2008.

Annie Gomes Redig

Notas

¹ Dissertação intitulada “Ressignificando a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: a visão de professores especialistas” (REDIG, 2010), aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Professoras entrevistadas na dissertação de Redig (2010).

Correspondência – Rua Ambaitinga 160, apto 202 Praia da Bandeira, Ilha do Governador. Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21921-520.

E-mail: annieredig@yahoo.com.br

Recebido em abril de 2010

Aprovado em outubro de 2010